



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 07.602/16

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do **Instituto de Previdência Municipal de Soledade - PB**, concedendo aposentadoria a *Sra Maria Delza Marinho de Arruda Gomes*, Matrícula nº 00542, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 07.602/16

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria Delza Marinho de Arruda Gomes*

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade-PB.**

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Geral. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1.674/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 07.602/16**, referente a aposentadoria a *Sra Maria Delza Marinho de Arruda Gomes*, Matrícula nº 00542, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 05 de setembro de 2019.

Assinado 10 de Setembro de 2019 às 09:35



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 9 de Setembro de 2019 às 15:10



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 9 de Setembro de 2019 às 17:51



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO